

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DO MOVIMENTO DE LUTA À CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Adrielly Silveira Ribas

Graduanda em Pedagogia UNEB-Campus XII

Lara Luiza Costa Montalvão da Silva

Graduanda em Pedagogia UNEB-Campus XII

Priscila Teixeira da Silva

Doutoranda UNEB-Campus I

Resumo: Este artigo tem por finalidade abordar os aspectos da Origem da Educação do Campo, a Organização do Trabalho Pedagógico e a gestão nas escolas do campo, trazendo reflexões sobre a educação do campo como fruto dos movimentos sociais promovidos pelos sujeitos que vivem no/do campo, a pedagogia do Movimento e a Escola Itinerante, bem como a gestão democrática discutida com base no exemplo da Escola Família Agrícola. Assim, tem por objetivo refletir sobre a execução da Educação do Campo em escolas que vem sendo pensadas e construídas pelos sujeitos do campo e que dependem da terra para sua subsistência. Sendo assim, buscou-se compreender a organização do trabalho pedagógico (OTP), os procedimentos metodológicos baseados nos referenciais que sustentam a Educação do Campo, Analisar a gestão democrática abordando suas legislações apresentando esta como uma busca pela emancipação de todos. Teve como fundamentação teórica os principais autores: Caldart (2009), Polon e Marcoccia (2015), Borges (2012), Ciavatta e Lobo (2012), Borges e Silva (2012), Martins (2008), e outros.

Palavras chave: Educação do Campo. Gestão Democrática. Organização do Trabalho Pedagógico.

INTRODUÇÃO

O artigo é fruto do desenvolvimento de uma pesquisa acerca da Educação do Campo, sendo ela de caráter bibliográfico, realizada através da organização de fichas de leitura através de trabalhos acadêmicos e teóricos que embasam essa discussão. Com a realização da pesquisa, buscou-se compreender: O que é, em que se baseia, e como é a Educação do Campo? Para isso, realizou-se um estudo sobre as matrizes

formadoras, sobre a organização do trabalho pedagógico e sobre a gestão da Educação do Campo. Com isso foi possível realizar uma reflexão que vai desde a origem do movimento Por uma Educação do Campo até a definição de concepção de educação, trazendo o exemplo de dois modelos de escolas que se baseiam nos princípios da Educação do Campo: Escola Itinerante e Escola Família Agrícola.

Visando alcançar os objetivos propostos, o artigo foi desenvolvido em três tópicos. O primeiro tópico se destina a ampliar os conhecimentos sobre a Educação do Campo, no qual discutimos alguns pressupostos teóricos que fundamentam os princípios que amparam essa concepção de Educação. No segundo tópico realizou-se uma reflexão sobre a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) das escolas do Campo. No terceiro tópico discutiu-se sobre a gestão democrática praticada nas escolas que tem como princípio formador a Educação do Campo, embasado nos principais autores: Caldart (2009), Polon e Marcoccia (2015), Borges (2012), Ciavatta e Lobo (2012), Borges e Silva (2012), Martins (2008), e outros.

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo autores, como Caldart (2009), desde as primeiras concepções sobre a Educação do Campo, durante toda sua trajetória, até os dias atuais, ela vem sendo pensada e construída pelos sujeitos que são oriundos do campo e dependem da terra para sua subsistência. Esses trabalhadores que buscam uma educação transformadora e emancipatória desafiam as adversidades impostas pelo modelo capitalista cotidianamente.

Assim, Polon e Marcoccia (2015) fomentam que a educação do campo é fruto dos movimentos sociais promovidos pelos sujeitos que vivem no/do campo, que buscam não somente a efetivação dos seus direitos, mas que estes sejam com qualidade e que garantam respeito com suas culturas e identidades, bem como a dignidade com a população do campo.

De acordo com Caldart (2012a) dentre esses movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhados Rurais Sem Terra (MST), que buscou criar uma escola diferente capaz de atender as demandas dos participantes do movimento. Nessa perspectiva Caldart (2012b) assegura que surgiu a Pedagogia do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, conhecida como “Pedagogia do Movimento”, a qual objetiva-se realizar uma formação teórica e prática, capaz de constituir um sujeito que se reconhece como classe social organizada coletivamente para lutar pelos seus direitos.

A autora ainda destaca que a pedagogia do Movimento “vai além do MST podendo se constituir como uma referência mais imediata de unificação da concepção formativa da nova articulação de luta das organizações camponesas pelo direito a Educação” (CALDART, 2012b, p.550), ou seja, a pedagogia do Movimento vai além, das escolas Itinerantes dos assentamentos do MST, sendo ela uma matriz de formação para a Educação do Campo. Além disso, a autora demonstra que a Pedagogia do Movimento dialoga com os princípios da Educação Socialista.

Sabe-se que através dos movimentos sociais, enfatizando o MST, foi possível garantir políticas públicas contra hegemônicas aos paradigmas impostos pela sociedade capitalista. A educação que antes era prioridade apenas da classe dominante, hoje, com as inúmeras lutas traçadas ao longo da história, a educação passou a ser um mecanismo social e político abrangente em quase todo território nacional, como afirma Borges (2012), que as lutas sociais possibilitaram conquistas como legislações que asseguram o direito para o povo do e no campo. Neste aspecto explica Arroy; Caldart e Molina:

Direito a educação e a uma educação que seja ‘No’ e ‘Do’ campo. NO: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e sua participação, vinculadas as suas culturas e às suas necessidades humanas e sociais. (2004,p.149)

A colocação dos autores remete a uma educação oferecida no espaço geográfico dos sujeitos e, além disso, que ela seja emancipatória, que compreenda a sua função social respeitando as especificidades dos sujeitos e que problematize o contexto social onde estão inseridos, buscando a formação integral dos educandos.

Ciavatta e Lobo (2012) asseguram que a Educação Socialista esta interligado com as lutas Sociais e que se utiliza do método de aprendizagem que parte da realidade das crianças através do trabalho e da vida social. Fazendo assim, uma relação da teoria das disciplinas com a realidade cotidiana dos estudantes, principalmente do trabalho. Além disso, é perceptível por toda a história das revoluções citadas por Ciavatta e Lobo (2012) que se utilizou a Educação Socialista sempre buscando um movimento e uma educação capaz de mudar a realidade da classe trabalhadora.

Sendo assim, essas duas linhas de pensamentos educacionais, Educação Socialista e a Pedagogia do Movimento, são as bases teóricas da Educação do Campo e que definem os seus princípios formadores. Caldart, define como Matrizes formadoras da Educação Do Campo: “o trabalho, a luta Social, a organização coletiva, a cultura e a história” (2012a, p.36) e estão completamente interligados a pedagogia Socialista e do Movimento.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Tendo em vista que a educação é uma potente arma que possibilita a mudança social, independente da sua localização geográfica e até mesmo em ambientes não formais, entende-se que essa concepção é resultado das lutas travadas ao logo dos anos na busca de uma sociedade com senso de justiça. Assim, Borges e Silva (2012) enfatizam que a Educação é um ato político, pois faz parte da organização social, a qual interfere diretamente no comportamento das pessoas, sendo assim, ela estabelece uma relação de poder.

Diante disto, a Educação do Campo, segundo Borges e Silva (2012) “[...] não é uma simples ação pedagógica, e sim um conjunto de ações que envolve a participação popular e volta-se para construção coletiva de uma sociedade.”. Com isso, torna-se fundamental compreender a organização pedagógica e metodológica, baseados nos referenciais que sustentam a Educação do Campo.

A definição da Organização do Trabalho pedagógico (OTP) para Martins, “não está plenamente definida, uma vez que debates oscilam entre organização de forma ampla, da organização escolar em esferas macro, como sistemas e micro como unidades escolares e ainda, os que acreditam que a OTP está vinculada ao trabalho profissional do pedagogo”. (2008, p.3), ou seja, a OTP é a organização de todo o sistema educacional desde a organização da escola até o planejamento individual do professor.

Nessa perspectiva, precisa-se observar a OTP da Educação do Campo, desde o aspecto da organização dos ideais e métodos utilizados pelos professores para alcança-los. Martins (2008), Knopf e Dalmargo (2012) afirmam que a organização do trabalho pedagógico de uma escola que se baseia nos ideias da Educação do Campo, utilizam-se dos princípios de compreensão do Campo como lugar de vida e essa escola emprega no processo de ensino e aprendizagem as demandas da organização da luta social de classe, além disso, a escola deve obter uma gestão escolar democrática.

Knopf e Dalmargo (2012) apresentam como o exemplo a escola Itinerante Zumbi dos Palmares que se localiza em um assentamento do MST no Paraná, a qual tem um trabalho pedagógico referenciado na Educação do Campo, pois propõe à transformação Social. Ademais, os autores descrevem o planejamento dos professores de forma coletiva e a metodologia de ensino emancipatório, já que os professores sempre buscam em seu planejamento organizar um trabalho que leve para sala de aula as questões problemas da realidade da comunidade e as avaliações sempre estão em uma perspectiva dialogada para que os alunos realizem uma reflexão crítica.

Bahniuk e Camini definem que as escolas são:

Itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. Desta forma, a escola itinerante, em seus objetivos gerais, não se diferencia das demais escolas do MST; o que se altera são as circunstâncias em que ela está inserida: em um acampamento, que, em geral, tende a ser um espaço no qual a luta de classes é mais evidente. (BAHNIUK e CAMINI. 2012 p.333)

As autoras explicam que as escolas Itinerantes em geral têm como aspectos da organização do Trabalho pedagógico a relação escola e vida, de uma maneira que a escola realiza uma relação teórica (disciplinar) e pratica (realidade do acampamento), os ciclos de formação e avaliação que rompe com a lógica da seriação e das notas e a formação de Educadores, a qual se dá nos cursos formais e em formação Continuada coletivamente.

Outro exemplo de escola que realiza uma OTP baseada nos princípios da Educação do Campo é a Escola Família Agrícola-EFA, pois ela é considerada por Cavalcante (2007) uma escola que tem uma cultura organizacional participativa e interativa, já que, a EFA, desenvolve seu ensino por meio da realidade dos alunos e entre trocas de experiências, valorizando o conhecimento do senso comum, além disso, busca junto com a comunidade o desenvolvimento local e sustentável.

Cavalcante (2007) também vem afirmar que escola se disponibiliza de uma formação geral e profissional tendo como principio o fortalecimento da agricultura familiar e garantir uma formação integral do jovem rural, desenvolvendo assim um jovem autônomo com a sua relação de trabalho no próprio campo. Para a EFA conseguir tal formação a mesma baseia-se em dicotomias: “teoria e prática, conhecimento elaborado e conhecimento popular, mundo da vida e mundo da escola, estudo e trabalho” (CAVALCANTE, 2007 p.59).

De acordo a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil-UNEFAB, a organização da Escola Família Agrícola é baseada na Pedagogia da Alternância que consiste em uma prática educacional em períodos de alternância, no qual, se estabelece em quinze dias na propriedade, “tempo família”, nesse período o

aluno deve observar e pesquisar as práticas da comunidade, e quinze dias na escola, “tempo escola” para um aprofundamento teórico e reflexivo da pesquisa, bem como conclusão colocar em pratica na escola a teoria que foi discutida e a pratica que foi observada.

Segundo Pereira (2005), uma das características da Pedagogia da Alternância é a diversidade de formadores, pois nessa prática se valoriza todos os tipos de conhecimentos ao decorrer do processo em que o aluno compreende a teoria e a prática. Para tal, o autor ainda descreve alguns instrumentos pedagógicos que proporcionam essa reflexão entre teoria discutida e prática observada sendo eles: “Plano de Estudo, Colocação em Comum, Intervenção Externa, Vista de Estudo, Caderno da Realidade, Projeto de Vida e Profissional do Jovem, Estágios, Acompanhamento Personalizado, Visita a Família, entre outras atividades”. (PEREIRA, P.64, 2005)

A organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo, não é posto de forma vertical, na intenção de uma equipe impor e os demais obedecerem e cumprirem as regras. Entretanto, é um trabalho coletivo visto de forma horizontal, interdisciplinar e transdisciplinar. Sendo assim, torna-se indispensável à análise do contexto a qual todos estão inseridos, com o intuito de resolver problemas sociais, possibilitar uma escola com cultura organizacional participativa e interativa. Desta forma, o trabalho pedagógico será efetivado de forma eficaz, eficiente e descentralizado.

GESTÃO ESCOLAR DO CAMPO

De acordo o discutido a cima, a Educação do Campo tem como princípio a organização coletiva e isso foi comprovado nos exemplos da escola Itinerante e Escola Família agrícola, pois ambas obtêm uma organização do trabalho pedagógico participativo e interativo com a comunidade. Sendo assim a gestão ideal de uma escola que se baseia na concepção de Educação do Campo é a Gestão Democrática.

O termo Gestão Democrática, foi instituído com a elaboração da Constituição Federal de 1988, no art. 206, o qual estabelece que o ensino público seja ministrado com base nos princípios de “Gestão Democrática”. Como afirma Lück (2015), uma gestão orientada pelos princípios democráticos corresponde à participação consciente das pessoas nas decisões relacionadas à orientação, organização e planejamento de seu trabalho.

Outra base legal que veio reforçar a democratização da educação pública foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que define em seu art.14 a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade em conselhos escolares, e no art.15 é estabelecida as escolas públicas de educação básica autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira.

Uma base legal que vem ampliando o exposto na LDB, sobre a gestão democrática é a Resolução nº 1 de 2002 (BRASIL, 2002), que vem assegurando no artigo 10, de forma mais específica a participação democrática na gestão escolar, pois vai além da relação comunidade local e escola, assegurando também a participação dos movimentos sociais e os demais setores da sociedade. Além disso, o art.11 vem assegurar o fortalecimento da autonomia da escola e dos conselhos, ou seja, garante a participação deliberativa dos conselhos.

Por exemplo, podemos citar a Escola Família Agrícola de Goiás apresentada pelo autor Nascimento (2009), como uma escola que apresenta uma gestão democrática e participativa. Uma vez que, o conselho é composto por uma associação da comunidade, educadores e alunos, o autor afirma que “o conselho da associação é composto por 22 membros com voz e vez e direito deliberativo”. (NASCIMENTO, P. 171, 2009)

Esse direito deliberativo acontece, de acordo com Nascimento, na tomada de decisão coletiva “desde a elaboração do Projeto Político-Pedagógico aprovado em Assembleia com todos os atores ao dia a dia da escola onde se vê uma gestão compartilhada e corresponsável” (NASCIMENTO, p. 175, 2009). O autor ainda assegura que, a Assembleia geral, instância máxima da Associação, que ocorre de seis em seis meses garante a participação de toda a comunidade local e escolar

Nessas reuniões decidem-se os pais que serão responsáveis pela Gestão e farão parte do Conselho Administrativo (mandato de dois anos) nos cargos de presidente, tesoureiro e secretário.

A Escola Família Agrícola está instalada em vários estados do nosso país possibilitado a efetivação de uma gestão democrática partindo da Pedagogia da Alternância. Por meio desse modelo adotado pelas EFAs, a relação com a gestão democrática fica ainda mais estreita, assim, como aponta Nascimento (2009) que uma das principais características que difere as escolas famílias agrícolas das demais é a participação contínua da comunidade, dos pais que são convidados a fazer parte de toda a vida da escola, do acompanhamento integral dos filhos, possibilitando uma convivência harmoniosa entre a escola e a família, até na administração, coordenação e manutenção.

Entender o processo da gestão democrática nas instituições de ensino é ter flexibilidades para atender com equidade uma coletividade. Os problemas e dificuldades encontrados na escola não são somente do diretor ou professor, mas da comunidade escolar como um todo. Para isso, é fundamental a conscientização de todos que fazem parte desse processo, propiciado um ambiente aberto à discussões, apropriando do diálogo para elaborar estratégias que visam a participação dos alunos, professores, pais ou responsáveis de forma a colaborar com todo desenvolvimento no âmbito escolar.

Assim, é possível entender a gestão democrática como uma busca pela emancipação de todos, enfatizando o povo camponês que pelos ranços históricos foram vítimas do capitalismo, sendo excluídos, esquecidos e ignorados. Dessa forma, Nascimento, Morais e Cavalcante (2013) apontam que a gestão democrática tem como princípio uma dimensão coletiva, que favorece os que foram historicamente colocados à margem da sociedade, trazendo possibilidades de se constituírem enquanto sujeitos produtores de cultura e de saberes.

PALAVRAS FINAIS

Diante das discussões apresentada, compreende-se que a Educação do Campo é uma concepção de educação emancipatória, pois se busca através dela formar sujeitos autônomos e conscientes de seus direitos enquanto classe trabalhadora. Para isso, existem duas linhas de pensamentos educacionais que são as bases teóricas da Educação do Campo e que definem os seus princípios formadores: Pedagogia do Movimento e a Pedagogia Socialista. Ambas estão interligadas com as lutas sociais e se utilizam do método de aprendizagem que parte da realidade das crianças através do trabalho e da vida social, formando uma classe social organizada coletivamente para lutar pelos seus direitos.

Para tal formação é preciso uma organização do trabalho pedagógico coletivo visto de forma horizontal e interdisciplinar, com um ensino de qualidade que leve em consideração sua cultura, seus saberes, sua histórias de lutas. Como por exemplo, na Escola Família Agrícola que tem uma cultura organizacional participativa e interativa, pois possibilita uma convivência interativa entre a escola e a família para um bom desenvolvimento educacional e da comunidade.

Ademais, para manter essa organização coletiva é preciso garantir nas escolas do campo uma gestão democrática, na qual, todos os sujeitos da comunidade escolar tenha uma participação consciente em todo trabalho escolar, ou seja, a gestão deve ser composta por pessoas que tenham a consciência do seu poder de voz e vez nas tomadas de decisão. Um exemplo disso são os concelhos das Escolas Famílias Agrícolas, pois o conselho tem um poder deliberativo nas tomadas de decisões seja no dia a dia da escola ou até na formação do projeto político pedagógico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004

CALDART, R.S. Caminhos para a transformação da escola. In: AUED, B.W.; VENDRAMINI, C.R. (Orgs.). **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p.23-57 .

CALDART, R.S. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, R.S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTO, G.(Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV/Expressão Popular,2012, p. 546-552

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO**. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. P. 35-64

CIAVATA, M., LOBO, R., Pedagogia Socialista. In: CALDART, R.S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTO, G.(Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV/Expressão Popular,2012, p. 561-569

KNOPF, J. F., DALMARGO, S. L. A organização do trabalho pedagógico na escola itinerante Zumbi dos Palmares –Paraná. In: AUED, B.W.; VENDRAMINI, C.R. (Orgs.). **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.p.83-105.

BAHNIUK, C., CAMINI, I. Escola Itinerante. In: CALDART, R.S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTO, G.(Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV/Expressão Popular,2012, p 333-338.

CAVALCANTE, Ludmila. O.H. **A Escola Família Agrícola do Sertão: Entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais**. 2007. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação; Universidade Federal da Bahia, 2007.

EFA's. Disponível em <http://www.unefab.org.br/p/efas_3936.html#.WJoCXPkrLIU> acesso dia 13/12/2016.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARTINS, F.J. Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo. Revista do centro de Educação. Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 93-106, jan./abr. 2008.

NASCIMENTO, C.G. Gestão democrática e participativa na pedagogia da alternância: a experiência da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás. Revista FACED, Salvador, n.15, jan./jul. 2009.

PEREIRA, E.A. Avaliação formativa e Pedagogia da Alternância: uma experimentação pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO, (2001-2002). Revista da Formação por Alternância. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil, v.1 n.1, 2005.

BORGES, Heloisa de Silva; SILVA, Helena Borges da Silva. A Educação do Campo e a organização do trabalho pedagógico. In: GHEDIN, Evandro. Educação do Campo: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. 208-236.

CAVALCANTE, M.S.S.; MORAIS, S.A.; NASCIMENTO, S.S. Refletindo a gestão democrática na perspectiva da escola do campo: limites e possibilidades. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

POLON, S.A.M.; MARCOCCIA, P.C.P. Experiências de gestão escolar democrática em escolas públicas localizadas no campo. Luminária, União da Vitória, v.17, n. 2, p. 03-15, 2015.